

Sarney vai mudar-se para o Palácio da Alvorada, que desde Geisel não era ocupado

# Líderes partidários entendem que Sarney cumprirá programa

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Dirigentes e líderes do PMDB, do Partido da Frente Liberal, do PDT e do PTB acreditam que o presidente Sarney poderá cumprir os compromissos políticos-institucionais assumidos por Tancredo Neves, desde que faça o que acabou de prometer à Nação, na noite de domingo: seguir o documento da Aliança Democrática — assinado em 7 de agosto de 1984 por Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves e Marco Maciel. O compromisso para 85 seria eleição dos prefeitos das capitais.

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, reiterando sua posição favorável às eleições para a Assembleia Constituinte em 86 citou o "compromisso com a Nação", da Aliança Democrática:

"Convocação de Constituinte, livre e soberana, em 1986, para elaboração de nova Constituição". E observou: "Assinei esse documento e estamos todos juntos, dispostos a cumprir nossos compromissos".

Há, no mesmo documento, o compromisso pelo restabelecimento imediato de eleições diretas, livres e com sufrágio universal, para presidente da República, prefeitos das capitais e dos municípios considerados estâncias hidrominerais e os declarados de interesse da segurança nacional e, ainda, pela representação política de Brasília.

## Presidência

As eleições presidenciais diretas não estão, por ora, na pauta da Aliança Democrática. Todos garantem que são a favor, mas dizem que a data de sua realização deverá ser estabelecida pela Constituinte, a ser eleita a 15 de novembro de 1986. Na mesma oportunidade seria fixado o mandato do presidente Sarney.

Quanto às eleições diretas dos prefeitos das capitais e dos demais municípios que deverão reconquistar a autonomia política, tudo indica que haverá consenso entre os partidos: o pleito deverá ser realizado a 15 de novembro deste ano — sem sublegenda, sem lei Falcão e permitida a coligação partidária.

Proposta nesse sentido, de responsabilidade das lideranças partidárias, será submetida à votação nos próximos dias, com base no trabalho do deputado João Gilberto, relator-geral da comissão interpartidária que preparou a reforma eleitoral.

Essa proposta estabelece, também, que às eleições municipais deste ano não se aplicará o dispositivo da lei que determina o prazo de dois anos para que o desfiliado de um partido concorra por outro.

## Fim do PTB?

O PTB, por sua vez, admite que está morrendo por inanição. O líder do partido na Câmara, deputado Gastone Righi (SP), acha que se o Congresso não revogar, com urgência, a fidelidade partidária, só restará o caminho da incorporação ao PDT brizolista. "O PTB está morrendo" — admite, também, o líder do partido, Nelson Carneiro — seu único representante no Senado.

Há no Congresso proposta de emenda constitucional do deputado Elquisson Soares (PMDB-BA), revogando dispositivo da Constituição que trata da fidelidade partidária. O seu autor, por sinal, pretende trocar o PMDB pelo PDT. Vários deputados trocariam o PDS pelo PMDB e alguns, o PMDB pelo PDT. Gastone Righi garante que o PTB, sem a fidelidade, ganharia muitos adeptos, "hoje no PDS e no PMDB".



## O BRASIL SEM TANCREDO

O líder do governo da Câmara, Pimenta da Veiga, lembra, sempre, que a Aliança Democrática, ao ser formalizada, estabeleceu com a Nação "compromissos impostergáveis e fundamentais" — como está dito no documento de 7 de agosto de 1984.

Comentou o líder governista que um dos tópicos do "compromisso com a Nação" está em pleno processo de concretização: a reforma eleitoral. Naquele documento ficou estabelecido que a Aliança Democrática iria promover "reforma da legislação eleitoral de modo a possibilitar a formação de novos partidos, permitir as coligações partidárias e assegurar às agremiações políticas o acesso democrático ao rádio e à televisão".